

IC - Inquérito Civil n. 06.2019.00003762-8

## **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça Marcus Vinicius de Faria Ribeiro, titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Içara, sediada na Rua Salete Scotti dos Santos n. 150, Bairro Jaqueline, Içara/SC, e Fernando Elias Pereira, brasileiro, inscrito no CPF sob n. 053.070.509-50, residente e domiciliado na Rua Bertolino Dimas, 74, Jaqueline - CEP 88820-000, Içara-SC, identificado de agora em diante como **COMPROMISSÁRIO** têm entre si justo e acertado o seguinte:

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal de 1988 estabelece no artigo 170, inciso V, que *"a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: V – defesa do consumidor"*;

**CONSIDERANDO** que o artigo 39, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor proíbe ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas, colocar no mercado de consumo qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes;

**CONSIDERANDO** que o Código de Defesa do Consumidor estabelece, em seu artigo 6º, inciso I, como direito básico do

consumidor *"a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos"*;

**CONSIDERANDO** que a Portaria n. 51/2016, de 30 de novembro de 2016, expedida pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, regulamenta o exercício da atividade de revenda de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), dispondo em seu artigo 2º que essa somente será exercida por pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras, em estabelecimento denominado Posto Revendedor de GLP (PRGLP);

**CONSIDERANDO** que a referida Portaria prevê em seu artigo 3º, inciso I, que a atividade de revenda de GLP somente poderá ser exercida por pessoa jurídica que possuir autorização de revenda de GLP outorgada pela ANP;

**CONSIDERANDO** que a Portaria n. 26/2015, de 27 de maio de 2015, expedida pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, prevê em seu artigo 13 que *"somente os distribuidores e revendedores de GLP, autorizados pela ANP, nos termos da Resolução ANP nº 15, de 18 de maio de 2005, e da Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, respectivamente, ou outra que venha a substituí-las, podem realizar a entrega de recipientes transportáveis de GLP em domicílio de consumidores, em estabelecimentos comerciais e industriais para consumo próprio ou em outro revendedor autorizado pela ANP"*;

**CONSIDERANDO** que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça, por meio do Ofício n. 14/2019, a existência de comércio irregular de botijões de gás (GLP) no Município de Içara, figurando como um dos infratores Fernando Elias Pereira;

**CONSIDERANDO** que dentre as irregularidades constatou-se a ausência de alvará expedido pela Prefeitura Municipal de Içara para o comércio realizado, além da ausência de autorização para revenda pela ANP;

**RESOLVEM:**

Formalizar, por meio deste instrumento, **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS**, cumprindo as medidas pactuadas, consubstanciadas em obrigações de fazer e não fazer, e à adoção de medidas mitigadoras a fim de minimizar os danos causados aos consumidores, mediante a formalização das seguintes cláusulas que seguem:

**DAS OBRIGAÇÕES**

**CLÁUSULA 1ª.** O **COMPROMISSÁRIO**, a partir desta data, fica expressamente PROIBIDO de transportar, oferecer à venda, vender, distribuir ou comercializar, de qualquer forma e a quaisquer pessoas, recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) em desacordo com as normas estabelecidas pela legislação em vigor;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO – O COMPROMISSÁRIO** providenciará sua autorização para o exercício de atividade de revenda de GLP perante a Agência Nacional de Petróleo (ANP), nos termos da Portaria n. 51/2016, caso deseje continuar exercendo a atividade;

**PARÁGRAFO SEGUNDO – O COMPROMISSÁRIO** assume a obrigação de não fazer consistente em não comercializar recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) sem que esteja autorizado pela ANP;

**DA MEDIDA COMPENSATÓRIA**

**CLÁUSULA 2ª.** O **COMPROMISSÁRIO**, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da instauração de Procedimento Administrativo fiscalizatório do presente termo, pagará R\$ 1.000,00 (mil reais), a título de

medida de compensação indenizatória, que será revertida ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina.

#### DA OBRIGAÇÃO DE NÃO-FAZER DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLÁUSULA 3ª.** O Ministério Público do Estado de Santa Catarina se compromete a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra o compromissário, no que diz respeito ao ajustado, caso venha a ser cumprido o disposto neste ajuste de conduta.

#### DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO

**CLÁUSULA 4ª.** No caso de descumprimento das obrigações acima referidas, o COMPROMISSÁRIO fica obrigado ao pagamento de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por evento que configure descumprimento da CLÁUSULA 1ª., a ser revertida em prol do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina.

#### DA EXECUÇÃO

**CLÁUSULA 5ª.** A comprovada inexecução dos compromissos assumidos neste Termo, ou a continuidade da conduta facultará ao Ministério Público Estadual à imediata execução judicial do presente título.

Assim, justos e acertados, firmam as partes o presente Termo de Ajustamento de Compromisso, em 3 (três) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do parágrafo 6º do artigo 5º da Lei n. 7.347/85 e artigo 784, inciso XII do Código de Processo Civil, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que esta

Peça Informativa será arquivado em relação aos signatários, e a promoção, submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o parágrafo 3º do artigo 9º da Lei n. 7.347/85, e artigos 25 e ss. do Ato n. 395/2018/PGJ.

Içara, 30 de agosto de 2019.

-----  
**Marcus Vinicius de Faria Ribeiro**  
**Promotor de Justiça**

-----  
**Fernando Elias Pereira**  
**Compromissário**